RESGATANDO MEMÓRIAS

O Timoneiro de Cajueirinho

Memórias, genealogia e história do Cajueirinho, distrito do Município de Cruz — Ceará

Manoel Messias de Freitas
(Messias Marques)

Apresentação de Pe. Manoel Valdery da Rocha
Cruz, 11 de outubro de 2008

SUMÁRIO

Apresentação — Pe. Manoel Valdery da Rocha

Parte I — Trajetória de Vida e Ações de Manoel Messias de Freitas

2.1. Vida Solidária

2.2. Ajudando a Educação

2.3. Na Luta pelo Social

2.4. Vivenciando a Fé

2.5. Articulador na Emancipação do Município de Cruz

Parte II — Memórias do Cajueirinho

3.1. Cajueirinho

3.2. Aspectos Gerais

3.3. Relevo, Planícies, Planaltos e Vertentes

3.4. Árvores e Animais Praticamente Extintos

3.5. As Abelhas e suas Espécies: Nativas e Migrantes

APRESENTAÇÃO

O interesse pela história é algo muito saudável. Em meus estudos acadêmicos, aprendi com os mestres que a sobrevivência de um povo depende em muito da oportunidade de ter ele quem narre para os outros as suas estórias, os fatos e acontecimentos que tecem, ao longo do tempo e dos lugares, o seu dia-a-dia cheio de relacionamentos em sociedade.

É preciso que alguém guarde para as futuras gerações, as lutas, as tristezas, as alegrias, os mitos, as crenças e as esperanças vivenciadas. Do contrário, será uma comunidade fadada a ficar sem memória e sem história. E sem cultura.

Com *O Timoneiro de Cajueirinho*, obra feita com dedicação e inteligência, o senhor Manoel Messias de Freitas, mais conhecido como Messias Marques, que me deu a honra de apresentá-la aos seus leitores, presta um inestimável serviço à população de Cajueirinho e, por extensão, às populações vizinhas, especialmente à população do município de Cruz, do qual Cajueirinho faz parte.

Com a publicação deste trabalho, o conhecimento sobre aquela comunidade tem agora nova dimensão. Com esta obra que foi, durante muito tempo, um desafio para o seu autor, se enriquece grandemente, e em todos os seus aspectos, o ainda muito insipiente acervo de anotações históricas sobre a vida daquela valorosa comunidade.

É bom salientar que *O Timoneiro de Cajueirinho* é obra de um autodidata. Ele mesmo, humildemente, assim se apresenta. O fato não tira dela o seu valor. Aumenta-lhe até o mérito.

Convém lembrar que o livro do ilustre conterrâneo não se restringe apenas a uma coleção de datas, de números ou estatísticas frias. O autor demonstra ter uma perspicácia notável para visualizar a natural evolução dos acontecimentos que narra, a ponto de ir logo percebendo os resultados que podem ser esperados. Seu “faro” pela história não pode ser negado por quem se der ao trabalho de percorrer, com olhar observador, todas as suas páginas, mesmo que, em algumas passagens, ocorram inevitáveis repetições ali apostas apenas para reforçar a importância do que foi lembrado.

Messias fala de uma história que é muito mais antiga, mas que, neste seu primeiro trabalho, teve início, praticamente, só por volta de 1870, quando chegaram a Cajueirinho seus primeiros habitantes fixos. Estes vieram para aqui estabelecer-se na criação de gado e no amanho da terra fértil. Suas fontes são orais. No entanto, escreve ele a partir de informantes certos, bem conhecedores dos fatos, pois foram seus protagonistas. Com eles e com seus descendentes, ele conviveu longamente, auscultando, quase com a curiosidade interrogadora de uma criança, os menores detalhes do dia-a-dia de famílias onde não faltava nem a convivência entre senhores e escravos.

Nascido em 1926, desde cedo até os dias atuais, quis o senhor Messias Marques mesmo se envolver nesta gratificante, embora difícil tarefa, de moldar uma comunidade humana, dando-lhe rumos na educação, na formação social, política e religiosa. Neste afã, não lhe foi impedimento a escassez de recursos, muito menos a fragilidade da saúde, a deficiência em uma das mãos e da visão, e a longevidade da vida. E disto dou testemunho para reconhecer seu forte espírito de luta aliado à capacidade de reflexão e de iniciativas saudáveis em todas as dimensões da vida em sociedade, características humanas

que ornam a sua personalidade desde os mais tenros anos de sua infância.

Feita com o critério da verdade e do amor apaixonado pela terra que o viu nascer, esta obra literária será, daqui para frente, um texto de consulta obrigatória a quantos queiram conhecer melhor aquela região do município de Cruz.

Nela, a narração do autor se constitui um trabalho pioneiro, porquanto único até agora. Descreve não só os fatos acontecidos ao longo do tempo, mas também as peculiaridades do local nos aspectos da geografia física e humana, abrindo o conhecimento dos leitores para entender e explicar o espírito de religiosidade que marca as numerosas famílias ali residentes.

Neste sentido, seria muito útil que ao autor de *O Timoneiro de Cajueirinho* fosse dado tempo e oportunidade para recuar no tempo e pesquisar, ou seja, buscar as origens da vida cultural e especialmente da marcante religiosidade dos habitantes primeiros e atuais de Cajueirinho. E haveria de encontrá-las no tipo de colonização que marcou os primeiros colonizadores de toda a nossa região do Vale do Baixo Acaraú, ou seja, de Sobral até às praias de Acaraú, de onde, como nos está ensinando o trabalho de nosso historiador, vieram os primeiros que se assentaram na região, cuja história ele aqui tão bem narrou.

Na pesquisa, haveria, com certeza, agradáveis descobertas e interessantes dados a relatar, porquanto seria adentrar os meandros de uma civilização que estava nascendo, e que, ainda hoje, permanece, em muitos pontos, até com as cores de sua pureza primitiva.

Em sua nova investigação, ele iria encontrar que a história completa desta nossa querida região teve início nas primeiras décadas do século XVIII, portanto, logo nos primeiros anos dos idos de 1700. Foi naqueles distantes tempos que os primeiros colonizadores vieram para cá. Vieram para as margens do rio Acaraú, local ideal para a fixação do homem, a fim de tomar conta das terras cedidas a eles pelos reis de Portugal. Para que as cultivassem. Pouco a pouco formaram a “raça” que constitui o povo de toda esta região Norte do Ceará: “uma mistura que é fruto de cruzamentos sanguíneos de origem nobre misturados com índios que vagueavam pelas margens do velho rio Acaraú”.

Aqueles nossos antepassados trouxeram para cá não só a exploração dos terrenos tão férteis das margens do rio, os quais nos legaram como herança. Junto trouxeram também, e com ânimo civilizador, a fé cristã que ainda hoje molda o modo de ser de nossa gente.

Missionários católicos, como o fizeram em outras regiões e lugares, aqui os assistiam, e eles construíram logo pequenas capelas que se tornavam núcleos de desenvolvimento social à custa das levas de pessoas que para cá acorriam ávidas de alimentar sua confiança em Deus pelo batismo dos filhos, pela graça do sacramento para a união conjugal e pela educação dos filhos, processo social que ainda hoje fortalece e explica o crescimento de nossas pequenas cidades.

É mesmo neste evoluir cultural que Cajueirinho, cedo, foi agraciado com a firme decisão de um dos descendentes dos primeiros habitantes que transmitiu ao próprio autor da obra que apresento a sua vontade de expressar toda a religiosidade das famílias aqui residentes na construção de um templo religioso. Este hoje se alevanta como um dos marcos da fé da comunidade, sob a devoção à Nossa Senhora Aparecida, e que é, o templo mesmo, uma perene testemunha da força de vontade, da tenacidade e da liderança comunitária do senhor Messias Marques que o projetou e que, passo a passo, o

acompanha na sua construção ainda em andamento.

Parabéns, senhor Manoel Messias de Freitas, pela obra que sua operosa pessoa hoje lança. Possuindo agora um livro que retrata a sua história, o seu Cajueirinho, deixa, na expressão de um poeta, “de ser criança e adquire sua maioridade cívica”.

Cruz, 11 de outubro de 2008

Pe. Manoel Valdery da Rocha

PARTE I

TRAJETÓRIA DE VIDA E AÇÕES DE MANOEL MESSIAS DE FREITAS

De 1926 até os dias atuais em 2008, aos 82 anos de idade — 12/03/2008

Manoel Messias de Freitas, conhecido como Messias Marques, nasceu no dia 12 de abril de 1926. Filho legítimo e primogênito do casal Miguel Marques de Freitas e Vitória Maria de Jesus. Avós paternos: Francisco Lourenço de Freitas e Teodora Marques de Freitas. Avós Maternos: Antônio Lula de Sousa e Silvina Maria de Jesus. Foi batizado em Caiçara pelo Pe. José Arteiro Soares, no dia 25 de abril de 1926.

Cresceu saudável, segundo seus pais, andou com nove meses e com um ano já falava tudo. Começou a memorizar as coisas aos três anos de idade. Sempre foi ativo em direção à arte, brincava fazendo cavalos e bois de argila. Fazia pebas de argila com toda perfeição e também casinhas de tijolos. Mais tarde, começou a fabricar facas de serra velha de rodete. Botava cabo de chifre, embainhava e vendia. Assim foi indo e logo se aperfeiçoou na profissão de correeiro, fabricando loros, ciras, rabichos, rabicholas e cabeçadas para animais, já que, naquela época, o único transporte existente era o cavalo e o burro, que precisavam de arreios.

Em 1938, seu pai era vaqueiro de Manoel Lousada em Pitombeiras. Antônio e José Zifirino, também vaqueiros, sempre lhe encomendavam peias de solas para pear gado e cavalos, de forma que aos treze anos de idade já tinha sua oficina instalada num alpendre da casa de seus pais. Não dependia mais do mesmo para comprar suas roupas e calçados. No entanto, comia do pirão do velho, portanto, lhe pagava dois dias de serviço por semana. Como também pagava trabalhadores para os seus cinquenta passos de roçados que fazia todos os anos. Pode-se dizer que aos dezessete anos já era independente. Porém nunca abandonou seus pais. Viveu com eles até suas mortes. Seu pai com 86 e sua mãe com 96 anos de idade.

Quando na infância, tinha também tendência para pedreiro e, no ano de 1944, trabalhou na construção da casa do Sr. Francisco Carlos por vinte dias, em companhia do Mestre de obras, Adolfo Pompilho. Ali ele se aperfeiçoou em mais uma profissão. Aliás, em duas, pois comprou as ferramentas de carpintaria do mestre Adolfo. E não foi difícil aprender a trabalhar de carpinteiro, fazendo portas para as casas que construiu, dali em diante.

A partir dali, ele não fazia mais arreios por encomenda, mas fazia estoque e punha no comércio para vender. Se dedicou em construir casas de tijolos e entregar de portas fechadas. A primeira foi de Luís Cunha no Solidão, a segunda do Martinho Malaquias, também em Solidão, inclusive o aviamento de fazer farinha. A terceira, a casa com aviamento para o Sr. José Júlio Lousada em Santo Estêvam, esta última junto com Sebastião Luís, também rapazola como ele, e mais algumas outras. Tudo isto sem descuidar da fabricação dos arreios, que estavam nas bodegas da região para vender.

Em novembro de 1945, chegou aqui de volta da Itália, o seu primo, José Romão de Medeiros, expedicionário da Guerra da Alemanha (2ª Guerra Mundial), que casou com a Sra. Isabel Setúbal em 25

de dezembro daquele mesmo ano e foram morar em Fortaleza. O casal o convidou e ele aceitou ir com eles conhecer a cidade grande. Vendeu tudo o que tinha em Cajueirinho e foi para a capital, onde ficou três meses sem trabalhar, hospedado na Pensão de Maria Romão, irmã de José, a quem acompanhou de viagem. A Pensão era na rua Demócrito Rocha, no Centro de Fortaleza, “só gastando dinheiro”. Em abril veio para a cidade de Massapê, onde aprendeu a fabricar celas. Passou nesse município um mês e vinte dias e fez questão de frisar: “ali completei 20 anos de idade”. Dormia na oficina na qual trabalhava, fato que era do agrado do proprietário, que por confiança achava sua oficina protegida de ladrões.

De volta a Cajueirinho, começou a produzir celas, já que trouxe os moldes em papel de embrulho. Trabalhava numa pequena oficina produzida por ele. Agricultor por natureza, todos os anos chegava a fazer dois meses de farinhada (beneficiamento artesanal da mandioca com a produção de farinha e goma), porém, como costuma dizer, nunca deu uma enxadada em seus roçados. Sempre trabalhou com empréstimos bancários. Quando chegava o tempo de pagar, se não tinha o apurado, vendia algumas cabeças de porcos que também criava e quitava com o Banco.

No ano de 1949, aos vinte e três anos de idade, teve seu primeiro casamento. Casou-se com Rosa Marques de Freitas, conhecida por Rosita. Daí por diante, passou a morar na casa reformulada por ele próprio, na qual mora até hoje. Passou a trabalhar também com uma bodega.

Nove anos depois, em 1958, aconteceu uma das maiores secas da região. As vendas no comércio de celas ficaram escassas. Uma crise se instalou. No início de 1959, mais precisamente em fevereiro, entregou as plantações feitas e a família a seu pai, retornando a Fortaleza. Chegando lá, hospedou-se na casa de seu amigo Manoel Alves de Lima, esposo de sua prima Rosa. Lá, trabalhou como pedreiro. Disse ele: “reformulei sozinho o muro de um quarteirão do Colégio Cristo Rei na Aldeota. Passei três meses nessa obra”. Em maio, de volta para casa, reassumiu a família. Entrou novamente na selaria e construção civil. Levava uma vida tranquila. Em 1960, sua esposa adoeceu. Apesar das idas ao Acaraú, foi só em Fortaleza, já em 1961, que foi detectada uma diabete em alto grau. Apesar dos esforços, em 02 de janeiro de 1962, ele, Messias Marques, aos 35 anos, ficava viúvo pela primeira vez, com cinco filhos (três homens e duas mulheres).

No ano de 1965, casou-se com a jovem Filomena de Sousa Freitas. Agora só trabalhava de pedreiro, porém logo desenvolveu a profissão de fotógrafo e cobria festas de casamentos, batizados e aniversários de toda a região. Em 1972, de complicações no parto, perdeu sua segunda esposa, aquela que tanto lhe ajudou com trabalhos educacionais, inclusive era professora de alfabetização para crianças e adultos. Deixou-o com nove filhos, cinco da primeira mulher e quatro da segunda (três homens e uma mulher).

Sentindo dificuldades em cuidar daquelas crianças, sem muito pensar, casou-se novamente em junho do mesmo ano com sua cunhada, irmã de Filomena, a jovem Maria Vilani de Sousa. Acontece que a mesma tinha problemas psicológicos. No quarto dia após o casamento, sua doença se manifestou. Ela não assumiu a casa. Foram três meses de sofrimento, até que o mesmo a levou ao hospital psiquiátrico de Messejana, onde ficou internada. E voltou a internar-se dezessete vezes num espaço de quatro anos. Só então, em 1976, o médico resolveu separá-los, para que os mesmos não tivessem filhos com a mesma doença. No entanto, eles já tinham um casal de filhos sem a doença.

Em 1977, separaram-se definitivamente através da declaração de nulidade do casamento católico. A partir de então passou a morar sozinho e a dividir o tempo entre o trabalho de fotógrafo e pedreiro. Até que, em 26 de outubro de 1986, um acidente automobilístico lhe tirou parcialmente os movimentos do braço direito, ficando inválido para o trabalho, e assim foi aposentado pelo INSS. Com o tempo livre, passou a dar mais ênfase ao mundo dos livros. Começou então a escrever fatos históricos sobre sua localidade, sua família (pioneira no povoamento do lugar), sobre filosofia, entre outros.

Em 1990, voltou a casar-se, agora pela quarta vez. Sua esposa, Maria de Fátima Vasconcelos. Em 1991, nasceu uma filha do casal, chamada Vitória. Contudo, este casamento também não deu certo e, por divergências conjugais, vieram a separar-se dois anos após terem casado. Apesar de ter muito contribuído para a história de sua terra natal, o Sr. Messias sente-se uma pessoa solitária. Mora sozinho na mesma casa da época do primeiro casamento, ocupa seu tempo com a televisão, livros e sua máquina de escrever. Nos quatro casamentos, teve doze filhos, dos quais oito continuam vivos, casados e dando-lhe como alegria vinte e nove netos e seis bisnetos.

2.1. Vida Solidária

Em 1934, no tempo em que ele, Messias de Freitas, trabalhava na oficina, na casa de seu pai, sua irmã, Maria, adoeceu com feridas chamadas pereba roxa, que tomaram todo o seu corpo. Eram feridas altamente doloridas. Seu pai a levou ao Acaraú. Fez uma consulta ao Doutor Benjamim Studart Gurgel. O mesmo receitou trinta injeções com aplicação intramuscular, sendo uma por dia. Naquela época, entre nós, só se usava como medicamento comprimidos e remédios do mato, portanto não tinha quem aplicasse as injeções. Seu pai, então, o levou para aprender a aplicar injeções com o Doutor Benjamim. Chegando lá, acompanhou o doutor na casa dos pacientes, pois não havia hospital naquela época, onde presenciou a aplicação em cinco dos mesmos. Foi o suficiente. De volta à farmácia, Benjamim mandou-o aplicar uma injeção de cálcio em seu pai para testar se havia aprendido. Ele esterilizou a seringa, conforme tinha visto, quebrou a ampola do medicamento, sugou o mesmo, retirou o ar, molhou o algodão com o álcool, passou no braço do velho e aplicou a injeção.

Terminado o serviço, Benjamin falou que o mesmo estava pronto e deu-lhe nota 10. Seu pai comprou as peças necessárias ao serviço e, já em casa, aplicou as injeções da primeira até a última.

Nesse intervalo de tempo, a notícia correu e começaram a chegar pessoas para ele aplicar. O próprio Benjamim receitava e indicava vir tomar as injeções com ele. Assim, ele ficou aplicando as injeções em todas as pessoas da região. Logo, ele comprou um livro intitulado “Técnicas de injeções e curativos” e passou também a fazer curativos.

Devido à demanda, resolveu passar a técnica a algumas pessoas, como Valdemar Ribeiro, de Canafístula, e Chagas Daniel, em Poço Doce. Mais tarde, ensinou a seus filhos Francisco e Neide. Assim prestavam serviços de saúde gratuitamente em Cajueirinho. Tal situação permaneceu acontecendo até quando foi fundado o Posto de Saúde em Cajueirinho, em 2004. Foram sessenta anos de serviço prestado na saúde, inteiramente gratuito.

2.2. Ajudando a Educação

Em 1937, aos onze anos de idade, o Sr. Messias de Freitas aprendeu a assinar o nome e a escrever razoavelmente na Escola da Raimunda Fonteles Rios (conhecida como Raimunda Clara), turma multisseriada na casa da professora, como acontecia antigamente.

Saiu da escola, nunca mais voltou a estudar com uma professora. No entanto, desenvolveu a habilidade da leitura e da escrita sozinho. Com treze anos já lia com fluência livros de romance, de literatura de Cordel, inclusive a Bíblia, que o mesmo pegava escondido de sua mãe para ler. Quando adulto, já aos trinta e sete anos, em janeiro de 1954, participou de um movimento, junto com mais onze pais, para a criação de uma escola em Cajueirinho, pois lá não havia até então. Dentro do combinado, a escola deveria ser particular e patrocinada por pessoas beneméritas, amigos do povo de Cajueirinho, e por movimentos sociais como leilões e outras promoções.

Assim combinado, ainda no mesmo mês, veio uma professora de Bela Cruz, senhorita Maria da Paz de Carvalho, pois aqui não havia pessoas capacitadas para o cargo. Em reunião de pais com a então professora, batizaram a escola com o nome de Escola São José, em homenagem ao primeiro patrocinador, que era de nome José e coletor estadual de Acaraú. Vale ressaltar que a escola, para evitar futuros comprometimentos, não aceitava ajuda de políticos. Sempre funcionando na casa de particulares, a escola progrediu, vencendo os anos. A mudança de professores e direção era uma constante, pois tinham família em Bela Cruz, Cruz e Acaraú e acabavam por voltar à sua terra para dar outro rumo às suas vidas.

No final de 1964, a escola teve algumas filiais em Poço Doce, Carrapateiras e Castelhano, orientadas pelo Sr. Messias e funcionando no mesmo estilo. A diretora da época saiu para assumir a filial em Poço Doce, ocasionando a vinda da senhorita Filomena Sousa, natural de Cruz, no início de 1965, para assumir a turma da quarta série e a direção. Esta foi uma revolucionária: logo que chegou, mandou compor o hino da escola pelo Sr. Nicodemos Araújo, musicado por Joca Lopes. Estabeleceu reuniões de pais mensalmente e coordenou o MEB (Movimento de Educação de Base) juntamente com seu esposo, Messias de Freitas.

Foi co-criadora do movimento católico Dia do Senhor, em Cajueirinho. Promovia reuniões de casais com o intuito de instruí-los quanto ao planejamento familiar e convívio conjugal, além de realizar cursos de casamento e batizado.

Com sua inesperada morte em 1972, por complicação no parto, assumiu a direção da escola a professora Maria Aparecida Lopes, que se aposentou na função.

A escola chegou a ganhar do prefeito de Acaraú, em 1970, material de construção para que fosse construída sala de aula. Porém, não houve tempo de construir no mandato do mesmo: venceu as eleições seu adversário político que, a pedido de correligionários seus de Cajueirinho, transferiu a escola do Cajueirinho Leste I para o Cajueirinho Oeste II. Nesse tempo, já se cogitava a possibilidade de mudar o nome da escola para Escola Maria Filomena Sousa, a fim de homenageá-la, o que foi concretizado em reunião com aprovação unânime dos pais.

A escola funcionou ininterruptamente, sem nenhum registro, por vinte anos, até ser registrada em 1974 na Prefeitura de Acaraú. A construção das salas só aconteceu em 1986, já com o novo nome.

Curiosidade — No governo municipal do Pe. Aristides, o Sr. Messias foi indicado como Secretário de Educação do Município, terminando o cadastramento de todas as escolas do mesmo, inclusive as particulares de sua responsabilidade. Exerceu o cargo por três meses e desistiu da função por gostar de liberdade, de fazer as coisas do seu jeito.

Teve como primeira diretora a Srta. Áurea Estela do Nascimento, vinda de Cruz. Contudo, devido às grandes extensões territoriais de Cajueirinho, o Sr. Messias e muitos outros pais não se deram por satisfeitos em ter que mandar seus filhos — por volta de 100 alunos — para a nova escola, tendo que caminhar dois, alguns até três quilômetros para estudar. Cobraram das autoridades políticas, formaram uma corrente pedindo uma escola no Cajueirinho Leste, atualmente conhecido por Cajueirinho I.

Em 1997, foram finalmente atendidos, quando a Prefeitura Municipal de Cruz, emancipada já há doze anos, construiu e fundou a Escola João Evangelista Vasconcelos, para onde se desmembrou parte dos alunos da Escola Maria Filomena Sousa. O nome foi dado em homenagem ao filho do doador (Sr. Antônio Carlos) do terreno para a construção, o qual faleceu subitamente.

Retrocedendo um pouco, cabe destacar o MEB (Movimento de Educação de Base), que o Sr. Messias conheceu em Sobral enquanto fazia um curso sobre linguagem e conhecimentos gerais. O MEB tinha duração de cinco anos e era ministrado à distância pela Rádio Educadora. Como esta não tinha frequência na região, o Sr. Messias conquistou o direito de capacitar uma professora daqui para dar aulas presenciais aos adultos analfabetos de Cajueirinho. O projeto deu certo e se expandiu: uma equipe do MEB veio de Sobral capacitar 52 pessoas da região.

O Sr. Messias, sem apoio da Prefeitura de Acaraú nem da paróquia, bancou com recursos próprios a alimentação de 57 pessoas na época, durante uma semana. A dormida acontecia na casa de amigos. Desse curso foram formadas 42 turmas em diversas localidades da paróquia. Sua esposa Filomena Sousa coordenava as mesmas junto ao MEB. No final de cinco anos, em 1975, com o fim do projeto, foram alfabetizados 840 adultos, sabendo ler e escrever bem — fato bastante relevante para a época.

2.3. Na Luta pelo Social

Por muito tempo, foi ativista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ele e João Batista do Espírito Santo, sindicalista de Sobral, criaram várias delegacias sindicais nas localidades da região que hoje compreendem os municípios de Cruz e Jijoca, deixando a liderança dos trabalhos sempre com uma pessoa da própria comunidade. A sede das delegacias era em Acaraú. Dentre as delegacias sindicais criadas na época de 1971 que ele conseguiu lembrar completamente, citou a de Mangue Seco, com liderança de Francisco Justino; Córrego da Forquilha, liderada por Artur Jovino; Baixio, com Antônio Dutra — estas no município de Jijoca; Aroeira, com Nemésio Augustinho do Nascimento; Caiçara, com Antônio Martins dos Santos; e Aranaú, liderada por conta do Miguel José, o Miguelzinho.

Enquanto isso, no Cajueirinho e Lagoa dos Caboclos, sua delegacia já era criada, por intermédio de Antônio Raimundo, ficando com a liderança de Jovino Pinto e Bendito Malaquias, respectivamente. Segundo o próprio senhor Messias, uns dois anos depois foi criada a delegacia de Cruz, por volta de 1973. Hoje esta delegacia é a sede do sindicato deste município.

Em 1970, criou em Cajueirinho a Sociedade de Educação e Bem-Estar Comunitário (SEBEC), nome dado por sua esposa Filomena. Conseguiu trazer para o Cajueirinho e região, através da SEBEC, a Cáritas Diocesana, que fornecia, de 15 em 15 dias, alimentos gratuitos para os associados e a comunidade que tinham alunos do MEB. O Sr. Messias de Freitas se encarregava de prestar contas da distribuição dos alimentos em Sobral. Também, através da Associação, conseguiu a instalação de energia elétrica pelos programas do governo para casas que só tinham luz de lampião. Hoje a SEBEC ainda existe, mas anda um pouco esquecida, com poucos sócios. Porém, mantém-se viva e muito ainda poderá contribuir com o social da comunidade de Cajueirinho.

Retrocedendo um pouco no tempo, para falar de uma outra ação pelo bem da sociedade, o Sr. Messias conta que, antes da existência do Açude da Prata, construído de 1950 a 1953, a rodagem de Cajueirinho para Cruz partia do Cajueirinho direto à Prata, seguia para o Jenipapeiro e finalmente Cruz. Com as primeiras águas vindas para o açude, a estrada foi interrompida e o governo abriu uma estrada pela margem direita do açude até o Poço Doce I, estrada esta que permanece até hoje. A estrada de rodagem passou a ser pelo Poço Doce I via Prata.

Em 1964, na primeira cheia do açude, quando sangrou, os brejos subiram de tal forma que ficaram em toda extensão do Cajueirinho, brejando 64 casas e deixando a estrada intransitável. Naquela agonia do povo, o Sr. Messias, em busca de uma solução, fez um abaixo-assinado ao Governador do Estado pedindo a abertura de uma nova estrada pela parte alta do terreno. Através do Dep. Danúsio Barroso, foi entregue ao Governador Coronel Virgílio Távora.

Aconteceu que o Sr. Manoel Pinto de Araújo, que morava na margem da estrada que brejou, no trecho mais alto onde o brejo não atacou, teve a ousadia de fazer outro abaixo-assinado, colhendo as assinaturas que o Sr. Messias já havia colhido e, em outra folha, as assinaturas daqueles que não eram prejudicados, pedindo a não abertura da estrada. O tal relatório foi cair também na mão do Governador, que já tinha acertado até o dia de mandar o engenheiro (topógrafo) estudar a estrada; ao receber o segundo abaixo-assinado, com aquele mesmo povo que pedia a abertura agora pedindo a não abertura, suspendeu a vinda do engenheiro. O Sr. Messias recebeu uma carta do Doutor Danúsio Barroso pedindo sua presença em Fortaleza para justificar aquela história; ele foi, mas não teve o crédito do Governador.

Diante de tal situação, o Sr. Messias juntou aquelas pessoas de boa vontade, especialmente os prejudicados com o brejo, e, em mutirão, fizeram uma nova estrada pelo terreno alto, a partir do extremo oeste do Cajueirinho, cruzando-o em direção à parede do açude, passando por cima da mesma, encurtando distâncias. Tirou uma reta para o Cedro; do Cedro, outra reta para a Lagoa Velha, ligando a nova estrada à que vem de Cruz ao Aranaú. Para abrir a estrada, derrubando mata virgem à custa de foice e machado e destocando com enxadeco, foram necessários quatro anos, de 1964 a 1968. Encontraram muitas dificuldades em abrir cercados, quando tiveram a ajuda do prefeito Adenor Martins, que doou, através da Prefeitura, arames para abrir os becos por onde passa a estrada de rodagem. Hoje, no trajeto da referida estrada, existe uma rodovia estadual, a CE-085. No entanto, aqueles que construíram casas à sua margem continuam lá e nunca mais foram importunados por brejos na estação invernosa.

2.4. Vivenciando a Fé

Foi dirigente comunitário da Igreja Católica por muito tempo. Dirigia novenas nas casas da região, principalmente nos tempos da Quaresma, mês de maio, Natal e em casos de falecimento. Por volta de 1965, o Sr. Messias, inspirado pelos amigos Edésio da Prata e Nicodemos do Aranaú (hoje Pe. Nicodemos, vigário em Frecheirinha), criou em Cajueirinho um movimento intitulado O Dia do Senhor. Tratava-se de celebrações realizadas todos os domingos, hoje conhecidas como celebração dominical da Palavra de Deus, realizada na Igreja. Na época, ele reuniu uma equipe, juntamente com sua esposa Filomena, e aos domingos à noite celebravam para a comunidade; os estudantes faziam a parte da liturgia. Posteriormente, difundiu a ideia por outras localidades, como Poço Doce, com Assis Silveira; Carrapateiras, com Joaquim Marques; Castelhano, com Maria Tiago de Freitas e José Adriano; Caiçara, com João Paulo; Baixio, com Raimundo Jacinto; Juazeiro/Aroeira, com Odilon Paulo; e Lagoa dos Caboclos, com Pedro Antônio.

Foi idealizador e líder do movimento de criação da Igreja de Cajueirinho. Desde 1939, ouvia seu pai dizer que Cajueirinho precisava ter uma igreja, pois já tinha um cemitério, e, segundo um padre da época, no lugar que não tivesse igreja não se deveria sepultar ninguém. Com a necessidade de uso do cemitério, era cada vez mais urgente a criação de uma igreja, porém esta é uma construção que demanda muitos recursos e precisava de uma forte mobilização da sociedade — fato que acabou acontecendo primeiro na comunidade vizinha de Lagoa dos Monteiros. Como as ajudas passaram todas para lá, o ideal de seu pai ficou mais distante. Com o passar do tempo, seu pai caiu doente e, ainda sem demonstrar ser um moribundo, mandou chamá-lo.

O Sr. Messias de Freitas, na época com 50 anos, veio ouvi-lo, quando o mesmo falou: “Sei que vou morrer e não vou ver construída a igreja. Peço-lhe que não deixe morrer esse meu ideal, lidere o trabalho da construção da igreja por mim.” O Sr. Messias disse que aceitou a proposta sem muito pensar nas dificuldades, saiu dali pensando na resposta que deu. Logo foi avisado que seu pai acabara de morrer. Aquilo lhe deu muito remorso, pois as últimas palavras de seu pai foram o pedido que lhe fez. Aquela aceitação, sem ser de coração, logo passou a ser seu principal ideal de vida.

No dia seguinte, pegou uma folha de papel e começou a rabiscar em busca de uma forma, um novo estilo, um modelo inédito para uma planta daquela igreja que prometeu ao seu pai construir, realizando o seu desejo. Como não era arquiteto, nessa busca ele rabiscou vinte e três folhas até chegar à conclusão do seu objetivo.

Movimentou a sociedade, formou uma equipe, pediram esmolas, fizeram bingos, rifas, leilões e, no dia 09 de novembro de 1993, após dezessete anos de planejamento (pois na época não havia condições financeiras para tal fim), deu-se início ao ambicioso projeto. Contou com ajuda financeira da Igreja Católica Alemã, por intermédio do Pe. Valdery, e de muitas comunidades católicas daquela região. Hoje se pode dizer que a igreja está quase concluída. O Sr. Messias de Freitas continua na liderança dos trabalhos da parte arquitetônica da igreja; na liturgia, a liderança é da Sra. Gorete Pinto.

2.5. Articulador na Emancipação do Município de Cruz

No final de 1984, o Sr. Messias foi um dos cruzenses que abraçou a causa da emancipação de Cruz do município de Acaraú. Sua maior contribuição foi ter ido a Fortaleza convencer os migrantes cruzenses a virem votar aqui no plebiscito. Foram 13 dias na Capital, andando em todos os bairros e ruas onde moravam cruzenses, com uma relação dos mesmos fornecida pelo Pe. Valdery. Ao convencer o povo, formava os grupos de pessoas que vinham em transporte do Sr. Jonas Muniz. No total foram 49 pessoas, 49 votos a favor da emancipação política de nosso município.

“Percorri meu caminho,
Preguei a minha fé,
Combati um bom combate.”

— Segundo São Paulo

PARTE II

MEMÓRIAS DO CAJUEIRINHO

Desde muito cedo eu sempre quis saber das coisas; às vezes a mamãe me repreendia porque eu era perguntador, enquanto papai era paciente e dizia para ela: quem pergunta quer saber, se não souber diga que não sabe, mas sabendo não deixe sem resposta. As repreensões dela também me foram úteis, porque, na medida que eu ia crescendo, fui perguntando menos, fiquei só na curiosidade de observar aquelas conversações que me interessavam. Graças a isso, adquiri uma grande bagagem de conhecimentos do passado do Cajueirinho e da vida daquele povo com quem convivi toda esta minha vida de oitenta e dois anos até hoje. (Quero salientar aqui que sou descendente da família Marques de Freitas, o mais idoso residente e domiciliado em Cajueirinho; nunca saí daqui e nem pretendo sair para nenhuma outra paragem).

Com o conhecimento adquirido pessoalmente com os nossos antepassados, sempre pensei em escrever algo sobre a origem da terra que me viu nascer, crescer e talvez verá morrer. Sempre vacilei por ser pouco o meu desenvolvimento intelectual — se tenho um pouco de discernimento, mas não sei coordenar ideias, pois nunca tive escola; por isso fui deixando o tempo passar. Somente agora, na terceira idade, já no último quartel da vida, observando que o Cajueirinho, já com cento e trinta e três anos de existência, até agora não surgiu um outro descendente daqueles antepassados que guardasse os conhecimentos adquiridos nas gerações anteriores. Para que isso não seja sepultado comigo e venha a se perder no tempo, tomei a decisão de escrever num caderno as anotações desta história.

Foi bom ter deixado para escrever estas anotações somente agora, porque anoto o passado e também o presente. Para o presente, tenho que fazer pesquisas; quanto ao passado, eu posso contar com o que tenho de mim mesmo — a faculdade que tenho de reter as ideias adquiridas anteriormente, a lembrança daqueles que conheci pessoalmente, que já se foram, que já morreram. Uma coisa que eu não vou admitir é a segunda morte deles: a morte do esquecimento.

No percurso desta história, em momento oportuno, escreverei cuidadosamente por extenso o nome e a ordem da filiação de cada um, para que seus nomes fiquem vivos na história, que não fiquem sepultados juntamente com os seus ossos.

Com fé e confiança em Deus, hei de ter inspiração, a insuflação Divina de que necessito para realizar a tarefa a que estou me submetendo: narrar os fatos históricos do Cajueirinho desde os seus primórdios até os dias atuais.

Depois de cento e trinta e oito anos da existência do Cajueirinho, já estando aqui a sexta geração daqueles pioneiros que fundaram e se estabeleceram, eu, com muita honra, sendo também um dos seus descendentes (da segunda geração), sou amarrado em história; tive a felicidade de conviver com minha avó Teodora Marques de Freitas, uma dos seis elementos que fundaram o Cajueirinho em 1870. Convivi com ela dezenove anos, convivi também cinquenta anos com o seu filho Miguel, meu pai, e ouvi dos dois muitas vezes histórias do passado desta localidade. Além dos conhecimentos adquiridos através de suas histórias, tenho muitos itens adquiridos por mim mesmo nesta caminhada de oitenta e dois anos de

vida. Portanto, com o desejo ardente que tenho de que esta história se perpetue, para que não venha a se perder no tempo, eu, Messias Freitas, tomei a decisão de escrever um relatório sobre os meus ancestrais e da terra que compraram, e nela se desenvolveram, onde viveram até morrerem.

Portanto, como filho desta terra e descendente daqueles pioneiros, sinto-me na obrigação de cumprir esta tarefa; deixo aqui registros simples e singelos, com conteúdo suficiente para se ter uma noção segura do que foi o Cajueirinho no passado.

3.1. Cajueirinho

Inicio falando de minha infância no Cajueirinho, da sua origem e de seus primeiros habitantes.

A história do Cajueirinho que vivencio desde os meus tempos de criança, que aqui passo a relatar, é composta de fatos verdadeiros, pois, além da minha convivência atenciosa, ainda adquiri conhecimentos de todos os fatos acontecidos desde os tempos iniciais através de pessoas idôneas. Como informante principal, eu tive a minha saudosa avó paterna Teodora Marques de Freitas, com quem convivi dezenove anos, e durante todo aquele tempo ouvi-a falar dos fatos passados no Cajueirinho desde a sua fundação, centenas de vezes, em todos os detalhes. Ela participou da fundação do Cajueirinho nos dois primeiros anos da década de 1870, juntamente com o seu esposo Francisco Lourenço de Freitas, seu irmão Manoel Marques de Freitas e a cunhada Ana Marques de Freitas — o tio, o pai e sogro daqueles dois casais. Frutuoso José de Freitas era dono da terra e administrador das obras que ali estavam sendo executadas. (Frutuoso José de Freitas, que era também um dos senhores de escravos daquela época, trouxera também naquele grupo um casal de seus escravos de confiança, para ajudar nas construções das casas, onde também ficaria morando e trabalhando na agricultura e na pecuária, ajudando aos outros dois casais, pois o plano principal ali era instalar uma fazenda de gado e cultivar a agricultura. Segundo informação de Teodora, depois de construídas e prontas as três casas — uma para cada casal — e furados dois cacimbões, em junho de 1872 Frutuoso instalou uma fazenda com duzentas cabeças de gado e outros animais, entregou tudo ao seu filho e ao genro e foi morar em sua residência em Córrego Fechado. Pedro Marques da Cunha e Jacinta Maria da Conceição eram assim chamados o casal de escravos acima citados.)

De 1926 a 1945, época da minha infância, adolescência e juventude, tempo que passei junto da minha saudosa avó Teodora — naquela época a única sobrevivente daqueles três casais pioneiros, “talvez os primeiros humanos que pisaram nesta terra”, apesar de uma distância de apenas quinze quilômetros daqui às Carrapateiras, na praia, onde havia gente. Segundo consta, aqui era completamente desabitado pelo homem; existiam somente animais selvagens de diversas espécies, inclusive ferozes, como onças e caititus (porco do mato), além de répteis venenosos, como cascavéis, jararacas e outras que metiam medo.

No dia 02 de novembro de 1945, Teodora Marques de Freitas, nossa principal informante, saiu do nosso convívio, deixando a gente com seus filhos e os filhos dos outros dois casais pioneiros que vieram com ela e seu esposo. (Migrantes que emigraram da localidade de Córrego Fechado, na margem esquerda perto da foz do rio Acaraú-CE, para se situarem aqui.)

Naquele tempo que passei aqui no Cajueirinho junto da minha saudosa avó Teodora, convivi também com os filhos daqueles três casais pioneiros, já cajueirinhenses nascidos aqui, componentes da primeira

geração do Cajueirinho. Estive com eles até quando todos faleceram, inclusive meu pai, tios e tias que faziam parte daquele grupo, com o qual eu muito aprendi. Era um grupo de trinta e três pessoas, quinze homens e dezoito mulheres; conheci todos muito bem, exceto cinco que já eram falecidos quando eu nasci, em 1926. Pelos outros, com quem convivi, tive grande admiração e sinto saudades daqueles elementos de saudosa memória. Todos faleceram com mais de oitenta e noventa anos de idade; somente Jovelina Maria da Conceição ultrapassou 100 anos, viveu 101 anos. Eram pessoas honestas, simples, humildes e respeitadoras que, apesar de uma parte de pele morena e outra clara, não tinham preconceito entre si; na convivência deles, não havia distinção de cor nem de raça. Todos viviam na mais perfeita harmonia — tanto que só trabalhavam em suas roças em regime de mutirão, sempre juntos em todo serviço que faziam. Quando viajavam, sempre era em grupo, especialmente para as festas religiosas em Acaraú, Cruz, Caiçara e Timbaúba, hoje Aranaú.

Naquelas viagens costumavam se dividir em dois grupos: uns a cavalo e outros a pé, principalmente os jovens — era importante para os namorados. Aqueles chefes de família eram todos casados religiosamente, quase todos duplamente compadres. Tinham também o hábito de rezar o terço em família, à noite, antes de dormir, e muitos rezavam também o ofício de Nossa Senhora ao romper da aurora. Sabiam manter autoridade sobre os filhos e também sobre os afilhados, na falta de seus pais. Nós, filhos (componentes da segunda geração do Cajueirinho), tínhamos que respeitar uma lei de obediência que nos era imposta pelos nossos pais: toda pessoa idosa, pai de família ou não, era superior a nós; tínhamos que tratá-los com muito respeito e obediência, e eles também nos tratavam muito bem, muitos deles demonstrando amor e carinho, especialmente aqueles morenos, a quem eu sempre tive uma amizade muito especial. Eram doze irmãos, cinco homens e sete mulheres, uns amores de pessoas. A mais velha, Joana Maria da Conceição, conhecida por Joana Pedro, exercia a função de parteira; nós, contemporâneos, a chamávamos de mãe velha ou mãe Joana, e ela nos chamava de filhos ou de “meus meninos” com muito carinho. Até mesmo depois de já casado, pai de família, ela, já velhinha, ainda me chamava de “meu menino”. Sinceramente, na presença dela, eu me sentia mesmo um menino mimado.

Nasci e cresci junto daqueles morenos, que sentiam prazer em conversar comigo, pois eu os ouvia com muita atenção quando me contavam aquelas histórias do passado do Cajueirinho, também do passado de seus pais quando eram escravos e de outros que também foram escravos na mesma época. Falavam-me deles próprios, das infâncias e juventudes, dos amores que os levaram ao casamento. Falavam do fato de uma parte dos irmãos, os mais velhos, terem nascido escravos, e outra parte já ter nascido livre devido à Lei do Ventre Livre. Somente os últimos da família de doze irmãos nasceram depois da liberdade total, em 13 de maio de 1888 (lamento não saber a data de nascimento de cada um, para poder destacar os três grupos). Infelizmente, na primeira geração do Cajueirinho, houve alguém que foi escravo — graças a Deus, por pouco tempo — graças à Lei Áurea, projeto da Princesa Isabel, regente de seu pai D. Pedro II, ocorrido em 13 de maio de 1888, quando foi abolida definitivamente a escravatura no Brasil. Depois de decretada e aprovada pelo Congresso, publicada em todo o país, todos os senhores tinham que cumpri-la.

O Senhor Frutuoso José de Freitas, que na época já era capitão da Guarda Nacional, título outorgado pelo Imperador D. Pedro II no ano de 1886, reuniu todos os seus escravos, homens e mulheres, inclusive os de menor idade, em sua residência no lugar Córrego Fechado, e, no ato solene, informou: “Meus amigos servidores, sinto alegria em dizer para todos vocês que estão aqui reunidos que hoje chegou o dia de tirar um peso que eu sempre carreguei em minha consciência, que era ter vocês como escravos. Se eu

os tive comigo assim, foi porque existia a lei da escravatura neste país e os herdei dos meus pais; mas sempre os tive mais como amigos do que como escravos. Ninguém poderá negar isso: nunca vendi nenhum de vocês, porque vocês são gente, e gente não se vende. Se comprei alguns de vocês, foi porque estavam expostos à venda pelos seus antigos senhores que os maltratavam no tronco; eu, observando e simpatizando com a pessoa, aquele era o jeito que tinha para livrá-los do sofrimento."

"Comento aqui, dando mais uma prova do amigo que fui de vocês: nunca tive uma senzala para vocês viverem dentro dela, misturados como animais irracionais, nem tronco no terreiro da senzala para amarrá-los. Cada um de vocês, pai de família, tem sua casa, seu ambiente reservado para viver com a sua família. Isto é um costume que já vem do meu pai, e sempre, quando um casal de vocês se casa, eu venho fazendo a mesma coisa: aprontar a casa com tudo o que é necessário e entregá-la ao novo casal. Diante de tudo isso, vocês, como escravos meus que eram, pela lei tinham que cumprir as minhas ordens. Entretanto, diante desta Lei Áurea, que suprimiu definitivamente a velha lei da escravatura em todo o Brasil, cumprindo o meu dever, e com a consciência tranquila e muita satisfação, declaro a todos vocês que, a partir de hoje, deste momento em que vos falo, todos vocês estão livres, desimpedidos das minhas ordens, para fazerem o que quiserem, irem para onde quiserem, trabalharem para quem quiserem, ganharem o soldo de vocês e comprarem o que precisarem para a manutenção de vocês. Aqueles que quiserem trabalhar para mim, eu tenho serviço, pago por diária e faço empreitada. De hoje por diante, sigam por conta de vocês e sejam felizes."

Não somente Gabriel, como também suas irmãs e outros irmãos, me contaram que, depois daquela reunião, todos ficaram surpresos, assustados e atônitos com aquela notícia brusca — momento de tristeza ao mesmo tempo alegria, porque estavam livres; tristeza porque não sabiam como lidar com a liberdade, pois eram acostumados a receber em mãos todo o necessário para a sobrevivência, que vinha da casa do senhor (a casa grande). A única responsabilidade que tinham era prestar serviço, obedecendo às ordens daquele senhor. No entanto, depois daquele dia, cada um tinha que se virar por conta própria para ganhar seu dinheiro e comprar o necessário para sobreviver — o que foi uma crise muito difícil para aquele pobre povo começar do zero, sem ter iniciativa, especialmente para aqueles que viviam em senzala, que os senhores mais cruéis puseram para fora e trancaram, embora enchiqueirados como bicho, mas não estavam ao relento. Aqueles escravos do capitão Frutuoso, pelo menos, ficavam arranchados dentro das casas que o mesmo lhes havia doado. As casas ele deixou com eles e ainda os orientava sobre o que deviam fazer para sobreviver. Assim, muitos se adaptaram e cresceram, outros foram viver da pescaria, e outros ficaram trabalhando alugados onde encontravam serviço. Aos poucos foram saindo da terra de Frutuoso; ao sair, desmanchavam a casa e levavam o material para montar a casa em outro lugar, e assim, com o correr do tempo, atualmente são poucas as pessoas que conhecem os originários daquele povo, que talvez logo se perderam no tempo, como cedo se perderam aqueles escravos que saíram das senzalas perambulando pelo mundo afora. Somente o grupo do Cajueirinho não se perdeu e jamais se perderá.

O casal Pedro Marques da Cunha e Jacinta Maria da Conceição era, para Frutuoso, um casal de escravos especial, talvez por ser um dos três casais primitivos fundadores do Cajueirinho. Frutuoso, num gesto de nobreza, doou para aquele casal de ex-escravos cem braças de frente por uma légua de fundo de sua terra, e uma casa de morada para eles criarem a sua família em sua propriedade, que ainda hoje permanece naquele mesmo local, com o povo procedente daquele casal que recebeu aquela terra como prêmio de gratidão pelos seus méritos (trabalho prestado), distinção conferida pelo seu ex-senhor.

Estes fatos que estou relatando são frutos daquelas conversas que tive com aqueles meus velhos amigos que já se foram, a quem eu muito queria bem; como já falei acima, sentiam prazer em conversar comigo, eu os ouvia com muita atenção, mas também interessado naqueles conhecimentos que me transmitiam. Eu não tinha nada para dar a eles, a não ser o passatempo de que eles gostavam. Com todo o grupo tive grande contato; muitas vezes ouvi falarem das coisas do passado de Cajueirinho, especialmente do papai, com quem convivi cinquenta anos — de abril de 1926 a abril de 1976, quando ele faleceu no dia 28. Muitas vezes ouvi-o falar dos bons e maus acontecimentos ocorridos nesta terra desde o início.

Falava da compra da terra, feita no final da década de 1860 por seu avô Frutuoso José de Freitas; falava do primeiro roçado que fizeram naquela terra na mesma época; falava daquele cajueirinho solitário que encontraram dentro do mato, que deu o nome ao lugar.

Falava dos três novos casais que vieram para ficar aqui definitivamente — seus pais, Francisco e Teodora; seus tios, Manoel e Ana; e o casal de escravos, Pedro e Jacinta — isto já em janeiro de 1870. Falava da pressa que tiveram para fazer três latadas, ou casas cobertas de palhas de carnaubeira, para se abrigarem enquanto construíam as casas de moradia definitivas. Falava da fundação daquela propriedade, com a cavação de poços profundos e a instalação da fazenda com duzentas cabeças de gado, entre outros animais. Falava do progresso daquela fazenda e da fartura proveniente dela nos seus primeiros anos de funcionamento, até 1877, quando veio a grande seca que durou três anos — 1877, 1878 e 1879 — que matou de fome e de sede quase todo aquele gado.

Quando as coisas foram piorando, escolheram as reses mais novas e mais fortes e levaram para as várzeas, nas praias, onde existiam refrigérios tanto em água como em comida; puseram gente vigiando, observando, suprindo as faltas que porventura acontecessem. O gado velho que ainda estava forte, mas que poderia cair depois, eles matavam, salgavam e secavam a carne no sol, empacotavam em surrão de couro e guardavam para irem comendo aos poucos; assim atravessaram os três anos de seca. Quando o inverno chegou em 1880, trouxeram o gado que escapou na praia, recomeçaram a fazenda, a agricultura também se refez, e assim tudo se normalizou e a vida continuou.

Também naquela mesma época, diante daquela situação calamitosa, além da preocupação de salvar o gado, Frutuoso tinha que arranjar serviço para o povo que também passava fome, especialmente os seus escravos, a quem tinha por obrigação sustentar com todo o necessário para a sobrevivência. Para se prevenir contra uma outra possível seca, mandou cavar um bebedouro profundo dentro da sua propriedade, para que não viesse a faltar água outra vez. Salienta-se que é a única obra existente em toda a região, que se sabe, feita pela mão escrava.

3.2. Aspectos Gerais

Descrição física

O Cajueirinho anteriormente pertencia ao velho município de Acaraú; atualmente pertence ao novo município de Cruz, sendo a localidade de maior extensão territorial, demarcada em março de 1869 com o nome de Cajueirinho.

Tendo esta localidade a maior área de terra demarcada no município de Cruz, sua extensão territorial é de trinta e seis quilômetros quadrados, ou seja, três mil e seiscentos hectares (uma légua quadrada). O mesmo se compõe, em 30% de sua área territorial, das quatro localidades conjugadas: Lagoa do Mato e Bento Lobo no extremo Norte, que se separam do centro pela planície do Córrego Seco — área de cerca de oito a dez quilômetros, ainda desabitada; e Canafístula e Pitombeiras no extremo Sul, que se separam do centro pelo Serrote do Cajueirinho, também desabitado. O Cajueirinho está situado vinte quilômetros a Oeste da cidade de Cruz, no interior do município.

Limites

O Cajueirinho se limita ao Norte com a légua de terra medida da praia, a começar depois da faixa marítima, com as terras do Castelhano, no meio da Lagoa do Mato, rumo ao Poço da Pedra, no limite Leste, onde deságua o riacho da Prata no Lagamar, ao Nordeste do Bento Lobo. Limita-se ao Sul com terras devolutas ou terras nacionais, no Serrote da Pitombeira, rumo à Canafístula, daí seguindo em direção ao Riacho da Prata (hoje Açude da Prata), a Oeste da atual fazenda Bena Malaquias. Limite Leste: o mesmo açude até a parede, daí seguindo pela sua vertente até o limite Norte, no Poço da Pedra. Limita-se ao Oeste com as terras do Santo Estevão, Lagoa dos Monteiros e Juazeiro do Antônio Vidal, no travessão de Adonias Araújo com Serafim Marques de Freitas.

Observações — A linha divisória do meio da Lagoa do Mato, que dividia a légua de terra da praia da légua de "terra de data" onde está localizado o Cajueirinho, dividia também os distritos de Cruz e Aranaú, quando ambos pertenciam ao município de Acaraú. Por ocasião da emancipação do distrito de Cruz, que passou a ser município em 14 de janeiro de 1985, foi feito um desmembramento do Acaraú na divisão territorial, especialmente do lado Norte, dividindo os distritos de Cruz e Aranaú (este último ainda pertencente ao Acaraú), separados por uma linha divisória de Leste a Oeste com início no rio Acaraú, passando pela localidade de Porteiras, em direção ao Córrego do Tope, rumo ao Córrego dos Medeiros, seguindo até o Lagamar, atravessando-o e entrando na foz do Córrego das Varas, seguindo até o ângulo no travessão de José Júlio Louzada, rumo ao Norte, até o mar — limite Leste do recém-criado distrito de Caiçara, no município de Cruz. A referida linha divisória passou um quilômetro ao Norte do antigo limite do meio da Lagoa do Mato ao Poço da Pedra, que também não é mais o limite Nordeste do Cajueirinho. Com a divisão territorial entre Cruz e Acaraú, este limite ficou firmado na foz do Córrego das Varas, no Lagamar; com o citado aumento de um quilômetro, a área do Cajueirinho passou de trinta e seis para quarenta e dois quilômetros quadrados, ou seja, quatro mil e duzentos hectares.

A segunda observação é sobre o antigo limite Oeste desta terra: na velha escritura passada de Manoel Pinto Brandão para Frutuoso José de Freitas, em 1869, está escrito o seguinte: limite Oeste, onde der a medida de uma légua a partir do Riacho da Prata, onde ainda hoje permanece a menos de um quilômetro a Leste da Lagoa dos Monteiros.

Outros esclarecimentos — Esta área de terra que compreende o Cajueirinho mede uma légua de Leste a Oeste e também uma légua de Norte a Sul, depois da medida de uma légua a partir da praia até o extremo Norte; é chamada de "terra de data", que significa terra cedida pelo governo imperial a particulares, também chamada de "ilharga", por ficar lateral ou nos fundos da légua de terra medida da praia. Esta área de uma légua quadrada, ou seja, três mil e seiscentos hectares que compreende o

Cajueirinho, é ilharga do Castelhano, por ficar nos fundos da légua de terra da praia do mesmo nome.

Superfície e população

O Cajueirinho, como já explicitado no início da descrição, é a maior área de terra demarcada no município de Cruz. Sua população, segundo os dados de quatro agentes de saúde que trabalham na área, era de 384 residências familiares com 1.703 habitantes em 2003. Com o tempo de existência e a extensão territorial, era de se esperar muitos habitantes; o fato é que, durante o tempo passado, recebeu poucos imigrantes. A sua população atual, cerca de 90%, é oriunda dos seus primeiros habitantes, sem contar os que emigraram, havendo gente espalhada por quase todos os estados do Brasil, especialmente São Paulo.

Produção

Produz principalmente castanha de caju, farinha e goma ou polvilho de mandioca, milho, feijão, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, algodão, abóbora, melancia e melão, entre outros. Produz também bananas, mangas, gravioleiras, atas ou pinhas, laranjas e limões. Fabricam-se telhas e tijolos para construção, cera de carnaúba e mel e cera de abelhas. Cria-se gado e animais como cavalos, porcos, ovelhas, cabras e aves.

3.3. Relevo, Planícies, Planaltos e Vertentes

O Cajueirinho tem, no centro-sul, na margem direita do córrego do mesmo nome, uma saliência pedregosa que se inicia no Açude da Prata, no lado Leste, seguindo em direção ao Oeste em forma de cauda, por onde passa a nova estrada de rodagem Cruz–Jijoca, vindo sobre a parede do açude, passando por cima da ponte, e seguindo por ali cerca de um quilômetro, onde desce para atravessar o córrego do Cajueirinho. Dali segue em direção ao Sul, formando o monte ou Serrote do Cajueirinho, numa extensão de cerca de três quilômetros de subida até o cume. Voltando à rota que vem do açude, segue pelo sopé do serrote em direção ao Sudoeste, depois ao Sul, rumo ao Planalto das Pitombeiras, onde se destaca o cume famoso do Serrote do Cajueirinho, de onde se tem uma visão panorâmica maravilhosa: veem-se nitidamente o Serrote ou Ponta da Jericoacoara, o oceano azul, as dunas, o velho morro do Maxixeiro, os verdes coqueirais das praias do Castelhano e Carrapateiras; ao longe, a Leste, a igreja matriz do Acaraú e os verdes carnaubais, e também a igreja matriz de Cruz.

Cerca de cinco quilômetros ao Sudeste do serrote, veem-se a Igreja da Prata e o seu povoado, e as águas do açude a Leste. Ao Norte, avista-se o povoado do Cajueirinho e sua igreja recém-construída. Mais afastadas estão as igrejas de Caiçara, a Noroeste, e as de Jijoca e Lagoa dos Monteiros, a Oeste. Ao Sul, avistam-se as serras do Mucuripe, da Meruoca, da Tucunduba, da Tiáia e muitas outras não identificáveis. O serrote tem considerável altitude, sendo visto a olho nu, de diversos pontos, à distância de oito a dez léguas; no mar, numa canoa à vela, só depois de duas horas de viagem com bom vento terral o serrote desaparece nas ondas.

No planalto, cerca de um quilômetro ao Sul, há o pequeno Serrote da Pitombeira, limite da légua quadrada de terra que no passado pertenceu a Frutuoso José de Freitas. Entre os dois serrotes — do Cajueirinho e da Pitombeira — há uma pequena lagoa temporária chamada Lagoa do Manoel Jacinto, por onde também passa o velho Córrego do Cajueirinho, que nasce na localidade de São Gonçalo,

seguindo ao Norte pelas localidades de Cambota e Frei Jorge (no município de Bela Cruz), daí seguindo pelo planalto, já no município de Cruz, até a citada lagoa, que recebe as águas dos dois serrotes; dali desce, contornando o Serrote do Cajueirinho e recebendo suas águas nas épocas de chuva, até a foz no Riacho da Prata, na revência do açude, no lugar Poço Doce, depois de um percurso de cerca de vinte e quatro quilômetros.

É interessante notar que três substantivos comuns oriundos da palavra “cajueiro” ganharam nomes próprios: Cajueirinho, Serrote do Cajueirinho e Córrego do Cajueirinho.

O **lugar onde habitamos — Cajueirinho**: o Sr. Frutuoso José de Freitas, tendo comprado aqui uma área de uma légua quadrada de “terra de data” de um então Sr. Manoel Pinto Brandão, no final da década de 1860 — terra que fazia parte de um corpo com sete léguas de frente por uma légua de fundo, situada entre o Poço da Pedra, no Riacho da Prata, e os Canoés, no Salgado do Guriú. Segundo minha saudosa avó Teodora Marques de Freitas, minha principal informante, ela nos contava que, em 1869, somente havia cartório de imóveis em Sobral para atender a esta região, foi quando Frutuoso mandou registrar sua área de terra. Como a mesma não tinha nome definido, ele a registrou com o nome de Fazenda Cajueirinho, devido a um cajueiro solitário encontrado dentro do mato onde abriu seu primeiro roçado, em 1868. Tendo conservado e zelado aquele cajueiro, com o tempo ele se transformou naquele cajueirão que conheci, postado à margem da estrada velha Cruz–Jijoca, dando abrigo, durante muitos anos, aos transeuntes que passavam a viagem a cavalo ou a pé. Devido à ação dos brejos provenientes da primeira cheia do Açude da Prata, em 1964, e ao seu enorme peso, ele tombou, e, depois de dois anos, sucumbiu definitivamente.

O **serrote** corresponde a uma área entre cinco e seis quilômetros quadrados, toda dentro da parte Sul da terra que pertenceu a Frutuoso José de Freitas, sem nenhuma pedra fora daquela área — o que lhe deu, com propriedade, o nome de Serrote do Cajueirinho.

O **córrego**, mesmo com a nascente fora da área do Cajueirinho, tem sua maior parte do percurso tortuoso percorrida dentro desta mesma área, até chegar à revência do Açude da Prata, no lugar Poço Doce; por isso lhe foi dado o nome de Córrego do Cajueirinho.

Açude “Aranaú”

Há três outros pequenos serrotes fora da área, mas muito perto do Serrote do Cajueirinho: um no extremo Sul, o Serrote da Pitombeira, e os outros dois ao Nordeste, no Poço Doce. A natureza os separou colocando entre eles o Riacho da Prata, para que, no futuro, o homem realizasse a obra construída ali entre os anos de 1950 e 1953. Um daqueles dois pequenos serrotes, o do lado Norte, foi interligado com uma parede ou barragem ao Serrote do Cajueirinho, fechando o espaço por onde passava o Riacho da Prata. Ali surgiu o Açude Aranaú, conhecido popularmente por Açude da Prata.

O autor relata ter assistido de perto, durante três anos, a construção daquela parede, feita a braço de homens cavando material com picaretas no chão de pedra — muitas vezes o serrote era bombardeado com dinamite para facilitar a cavação. O material era transportado em caixotes nas costas de jumentos ou burricos até o local da parede; outra turma cavava barro no leito do riacho, também transportado por comboio de jumentos, sendo misturado com enxadas a outros materiais pedregosos, molhado com mangueiras e comprimido por um rolo compressor puxado por dois bois mansos e treinados, sobre

camadas de vinte centímetros de espessura.

A parede foi construída desde a base, no leito do riacho, com cinco metros de profundidade e cinco de largura pelo lado interno; ao nível do chão, alargou-se para dez metros pelo lado externo, subindo até a superfície, de quatro metros de largura por quatrocentos de comprimento, até o sangradouro cavado no Serrote do Cajueirinho com dinamite, por onde o açude sangra com uma lâmina d'água de até oitenta centímetros.

A obra foi iniciada em janeiro de 1950 e concluída em fevereiro de 1953 — três anos e um mês de construção com auxílio de jumento e boi. A barragem foi construída pelo Sr. Francisco de Melo, de Miraíma, então empreiteiro e administrador da obra do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). O autor lembra com detalhe os dois bois que puxaram o rolo compressor: um preto, chamado Moreno, e outro amarelo, chamado Dourado.

O rolo compressor, fabricado ali mesmo de concreto e pedra local, em forma de cilindro com um metro de comprimento, dois metros e setenta centímetros de circunferência e oitenta centímetros de diâmetro, pesava mais de uma tonelada. Ficou por muitos anos encostado a uma das paredes do sangradouro; há cerca de dez anos, o Sr. José Orion de Morais, o “Dom”, rebocou a peça para o Cajueirinho, onde permanece ao lado de sua oficina.

Segundo dados fornecidos pelo Sr. Francisco de Melo, administrador da obra, a represa do açude tem sete quilômetros e capacidade de quatorze milhões e seiscentos mil metros cúbicos, com bacia variando entre dez e doze metros de profundidade.

O pequeno serrote do lado Sul ficou dentro da bacia do açude, transformado em ilha, onde há vinte anos funciona um centro de treinamento chamado Acampamento Jóia, de propriedade da Igreja Evangélica, administrado por pastores americanos.

Depois de cinquenta e cinco anos de resistência — apesar de receios de que a parede pudesse se romper em uma grande cheia — ela se manteve firme, sendo posteriormente beneficiada com reparo e restauração quando o DERT construiu o trecho Cruz–Jijoca da Estrada Litorânea Salvador–São Luís. A parede foi alargada para dez metros pelo lado externo, calçada com pedras paralelepípedo trazidas de Quixadá, e foi construída uma ponte de sessenta metros de comprimento sobre o sangradouro daquele açude público, hoje Patrimônio Natural do Município de Cruz. A ponte e metade das águas do açude ficam dentro da área do Cajueirinho.

Sobre a origem do nome Açude Aranaú: à época, o povoado de Cruz pertencia ao Distrito de Aranaú, que se limitava com o Distrito de Jericoacoara no mesmo Riacho da Prata, no Poço da Pedra, onde foi firmado o limite Norte do novo Distrito de Cruz, criado pela Lei Estadual nº 4.440, de 30 de dezembro de 1958, projeto do então vereador José Fabião Filho, aprovado pela Câmara Municipal de Acaraú em 28 de maio de 1957. Assim foi criado o Distrito de Cruz, desmembrado dos distritos de Aranaú e de Jericoacoara até a Lagoa dos Monteiros, a Oeste, limitando-se com o Paraguai ao Norte, a fazenda Santo Estevão ao Norte, e a Aroeira, no município de Bela Cruz, ao Sul.

Planície do Córrego Seco

Ao Norte do Córrego Cajueirinho, cerca de quinhentos metros, onde termina a faixa de matas e o subsolo pedregoso, começa a planície do Córrego Seco, até a Lagoa do Mato, cerca de quatro quilômetros — área de aproximadamente quinze quilômetros quadrados, terreno de areia, subsolo de barro vermelho, totalmente desabitada. A vegetação é variável, rasteira e densa, por vezes espaçosa, havendo também mato fechado onde nasce a macambira e campestre onde nasce o capim agreste. Esporadicamente existiram ali árvores de grande porte produtoras de madeira de lei, como sucupira, faveira, umburana de espinho, barbatimão e mangabeira, cortadas para fazer tábuas. A janaguba, a mais abundante, vem sendo extinta por “doutores de garrafadas”, que a descascam para extrair o leite, tido como medicinal.

Quanto à agricultura na planície, a terra é de primeira para a cultura de mandioca, regular para o feijão, e o milho se desenvolve bem apenas nas moitas. Também se aprovou bem a cultura do coco: em 1983, o Doutor Wolmir Costenáro comprou quinhentos hectares naquela área, cercou-a, revolveu-a com tratores e plantou roça, milho, feijão, coqueiro, eucalipto e abacate, além de criar gado e ovelhas. Ao longo de vinte anos foi se afastando e deixando a propriedade entregue a encarregados, retirando o gado e o trator, até que as cercas se acabaram. Restaram como lembrança os eucaliptos, hoje frondosos, e os coqueiros, sem adubo e água. O Sr. Jonas Muniz comprou aquela terra em 2002 para restaurá-la, plantando, além do coqueiro, cajueiros precoces.

A denominação “planície do Córrego Seco” vem de um córrego no centro daquela área, que liga o Riacho da Prata ao Córrego do Santo Estevão e, consecutivamente, ao Córrego dos Anas, à Lagoa da Caiçara e à Lagoa de Jijoca. O córrego permanece seco, criando água apenas em invernos muito grandes, como os de 1964, 1974 e 1984 — foi numa daquelas enchentes que os peixes tucunaré e tilápia passaram do Açude da Prata para a Lagoa de Jijoca, também pelo Córrego das Varas, que se interliga com o Córrego do João Francisco e a Jijoca.

Planície da Canafístula

A planície da Canafístula se inicia na estrada de rodagem Cruz–Jijoca, ao Norte, estendendo-se ao Sul até o final da Canafístula e seguindo pelo Caldeirão adentro, no município de Bela Cruz. Limita-se a Leste com o Açude da Prata e a Oeste com o Serrote do Cajueirinho; sua área total dentro das terras do Cajueirinho é de doze quilômetros quadrados. Produz principalmente castanha de caju, farinha e goma ou polvilho de mandioca, milho, feijão e batata-doce. A maioria dos moradores pratica a pesca no açude para subsistência, além de criar gado, ovelhas e porcos.

Planalto da Pitombeira

Inicia-se ao lado Norte do Serrote do Cajueirinho, estendendo-se ao Sul até o Frei Jorge, já no município de Bela Cruz. Limita-se a Leste com a planície da Canafístula, no córrego do mesmo nome, e a Oeste com o Juazeiro do Antônio Vidal. Sua área total dentro das terras do Cajueirinho é de seis quilômetros quadrados, com produção idêntica à da Canafístula, exceto a pesca.

A planície da Canafístula, o Planalto da Pitombeira e o Serrote do Cajueirinho foram famosos no passado, sobretudo o serrote, pela grandeza de sua fauna e pela abundância de madeira de lei — hoje praticamente extinta, extraviada pelos depredadores que cortaram árvores e mataram animais silvestres. Os blocos de pedra do cume do Serrote do Cajueirinho, de onde se tem a visão panorâmica, foram muito

usados para calçamentos nas cidades e vilas de Acaraú, Cruz e Jijoca — sacrificando um patrimônio histórico que, segundo o autor, deveria ser preservado pelos órgãos públicos, com a criação ali de um parque ecológico junto ao IBAMA.

Vertentes

O Cajueirinho não tem vertentes permanentes, apenas as temporárias das épocas de chuva, que caem e penetram no solo pedregoso do serrote e ficam vertendo por algum tempo, continuando a descer água para dentro dos córregos após o inverno. As vertentes que descem pelos lados Oeste, Noroeste e Norte caem no Córrego da Canafístula, que nasce também no município de Bela Cruz, entra no de Cruz, contorna o serrote pelo lado Leste e despeja suas águas no Açude da Prata, ao Sul do terminal daquele serrote, onde está encravada a parede do açude.

3.4. Árvores e Animais Praticamente Extintos

Faz sessenta anos, desde a fundação do Cajueirinho em 1870, até 1930, quando comecei a entender e compreender as coisas que guardo na memória. Lembro-me bem que, no início da década de 1930, tanto no cerrado do serrote como na chapada do Cajueirinho, existiam em grande quantidade enormes árvores, talvez seculares. Não só vi como serrei vários troncos de umburana de espinho, umburana de cheiro, sucupira, acende-candeia, faveira ou favela, pau-d'arco roxo, pau-d'arco amarelo, gonçalo-alves (para mourão de porteira), amargoso e barbatimão (especializado em virgens de prensas), aroeira, frei-jorge e outras madeiras usadas em linhas de casas. Também maçaranduba, cipaúba, copaíba e pau-pereira, este último para linhas, caibros e ripas, que durante muitos anos abasteceu todas as localidades circunvizinhas com madeira para construção. Todas essas madeiras eu vi com abundância nas terras do Cajueirinho, especialmente no serrote. Com a exploração contínua, foram diminuindo ano a ano, até que, nas décadas de 1970 e 1980, estavam praticamente extintas.

Hoje, apesar de faltar toda a madeira de lei, algumas pessoas fizeram pequenos roçados e plantaram cajueiros, mesmo sabendo que, no sistema tradicional, o mato cresce mais rápido que o cajueiro. No entanto, ainda há dezenas de hectares nas ladeiras do serrote cobertos de mata virgem mais baixa e fina, que só se presta para cercas, e de pouca duração. “O pretensioso progresso vai mudando a natureza e destruindo o meio ambiente.”

Quanto aos animais: o autor chegou a ver, antes que deixassem de habitar a região, o porco-do-mato (caititu), o tamanduá (mambira), as onças suçuarana e vermelha, o gato-maracajá pintado, o quati (papa-mel), o veado da capoeira, o tatu-bola, o tatu verdadeiro, o macaco-prego, cobras douradas e cascavéis. Animais que viu com grande abundância e que hoje ainda existem, mas quase todos em fase de extermínio: o gato-maracajá vermelho, o guaxinim, a raposa, o peba, a cutia, o preá, o gambá (cassaco), o macaco-sagui, o tejuaçu e o camaleão.

Cobras: a jararaca, a caninana, a cobra-preta, a papa-ovo, a goipeba, a verde, a de-cipó e outras. Aves: o jacu, o nambu, a perdiz, o nambu-de-capoeira, o corrupião, o papa-arroz, a chamada de “primavera” — aves que gostam de cantar nas árvores dos quintais no romper da aurora, despertando a gente no prazer de viver no campo. “Tudo isso está por muito menos do que era no passado, mas no meu quintal ainda resta um pouco.” Há ainda o papagaio, a arara, a jandaia, a maracanã e o periquito, “todos barulhentos”, e o carcará e o gavião — “o ladrão de pintos”.

Temporariamente, na época do inverno, nas cheias do córrego, ainda aparecem aves aquáticas como o marreco, a ciricora, a jaçanã, a cauã, a galinha-d'água, o socó e o maçarico, que cantam e gritam, alegrando o ambiente. O carão era um dos que gostava de estar presente nesse período, mas há anos deixou de aparecer. Houve duas espécies de aves típicas do Cajueirinho, vistas em abundância e hoje não mais avistadas: a seriema, habitante das esplanadas do serrote, e o zabelê, que habitava o cerrado.

3.5. As Abelhas e suas Espécies: Nativas e Migrantes

As abelhas naturais do Brasil, especialmente do Cajueirinho, incluem, em primeiro lugar, a jandaíra, abelha sem ferrão que fabrica o melhor e mais saboroso mel, o mais procurado por seu teor medicinal. A jandaíra faz suas colmeias em troncos de árvores ocadas, estando em extinção devido à perseguição da abelha africana; ainda há, embora poucas, colmeias arranchadas pelo homem em caixotes de tábuas, por isso seu mel é caríssimo. Houve também uma abelha mirim, igualmente sem ferrão e de mel valioso, popularmente chamada de mosquito, hoje extinta. Há ainda um tipo de abelha que também tende à extinção, mais do que a jandaíra, pois não aceita morada feita pelo homem — seu habitat natural é o mato, em casa de cupim: trata-se da cupira, abelha preta, sem ferrão, mas agressiva com quem mexer em sua casa, atacando em grupo. Seu mel é amargo e de alto teor medicinal na cura de inflamações de garganta. Há também a arapuá, outra abelha preta muito agressiva, que fabrica um mel grosso e de sabor pouco agradável.

O autor relata também uma espécie de abelha extinta há muitos anos, que via em suas andanças pelas matas caçando jacus, zabelês e cutias na juventude: a melimão, um pouco maior que a jandaíra, também amarela e sem ferrão, mansa e inofensiva. Sua casa era construída de forma interessante — um tipo de cano ou túnel de cera com cinco a seis centímetros de grossura, seguindo pelo chão sob as folhas secas, numa extensão de oito a dez metros, com um bojo numa das extremidades, de vinte a trinta centímetros, forrado e coberto de cera, onde a colônia depositava seus ovos e guardava o mel. O mel era levemente ácido, daí o nome melimão. Na outra extremidade do túnel erguia-se uma espécie de chaminé de vinte centímetros com a ponta dobrada, talvez para impedir a entrada de água, tudo coberto de folhas secas e, portanto, invisível a quem não conhecesse aquele “segredo”.

O autor também menciona a família dos maribondos, que inclui o cabatão, o dourado, o estrela, o boca-torta e muitos outros, que fabricam mel de primeira qualidade, embora pouco procurado por sua ferroada quente.

Abelhas migrantes

Nas décadas de 1960 e 1970 do século passado, milhões de abelhas africanas emigraram para o Brasil e para todo o continente americano, voando com as próprias asas através do Oceano Atlântico. O autor reflete sobre o fenômeno à luz da fé: recorda a passagem do Sermão da Montanha segundo a qual nem uma folha se move sem a vontade do Pai, associando esse desígnio divino ao mistério da própria natureza. Quando as abelhas africanas se multiplicaram em excesso na África, teriam se reunido em um enorme enxame, voando juntas por grandes distâncias como um só corpo; ao chegar o cansaço e a fome, o enxame pousava sobre a água, formando uma grande pilha, e as mais fortes consumiam as mais fracas antes de prosseguir viagem, até alcançarem terra, onde se estabeleceram.

O autor relata ter lido essa história no “Almanaque O Pensamento” da época, sem precisar o ano.

Fim do trecho reproduzido.

Nota: As informações reunidas neste documento foram extraídas do blog *Biblioteca Pública Municipal*, disponível em: https://bibliotecapblicamunicipal.blogspot.com/2007/06/memorias-do-cajueirinho-messias-de.html.